

# Direto do *front*: notas sobre reportagem e narcotráfico no Rio de Janeiro

Carlos Nobre

## **Apresentação**

**E**ste artigo reflete sobre o modo como repórteres da editoria de Cidade dos jornais cariocas passaram a cobrir em morros e favelas do estado do Rio de Janeiro as investidas policiais de combate ao narcotráfico, detendo-se principalmente no período que vai do início dos anos 1980 a meados dos anos 1990. Neste período, o narcotráfico se desenvolveu e se consolidou em quase todas as comunidades carentes, tornando-se certo poder de fato, devido à tradicional ausência do Estado nas favelas. Por causa disso, a imprensa foi obrigada a cobrir situações de crise envolvendo os traficantes, em especial as chamadas "operações policiais", investidas destinadas a tomar de assalto o reduto dos traficantes, com a finalidade de desmobilizar temporariamente o comércio das drogas, prender criminosos e apreender materiais empregados na confecção de narcóticos.

Paralelamente, o artigo comenta sobre as técnicas jornalísticas empregadas para cobrir as investidas policiais, mostrando, por conseguinte, diversidade e ambigüidade no relacionamento dos jornalistas com os policiais e a própria comunidade, devido principalmente aos riscos que o repórter está sujeito durante este trabalho e as visões diferenciadas dos líderes comunitários em relação ao trabalho da imprensa nos momentos de grande tensão nestes locais.

No final da década de 1980, a revista *Imprensa*, de São Paulo, através de uma matéria sobre o trabalho dos repórteres que cobriam crime e segurança, chegou a classificá-los de "correspondentes da guerra urbana", numa analogia sobre a dificuldade e os riscos que o próprio fenômeno criminal trazia para quem ousasse encará-lo.

Detendo-nos principalmente na conjuntura carioca do final dos anos 1980 (como frisamos anteriormente), fazemos observações sobre o impacto que as investidas policiais causam na comunidade, sua repercussão para o trabalho de reportagem e para o levantamento de dados. Frisamos, ainda, como a cobertura de atividades do narcotráfico desenvolveu certa consciência crítica do repórter, ensejando que ele ultrapasse certas barreiras da técnica da apuração. De outro modo: o fenômeno criminal obrigou-o também a entrevistar os traficantes, oferecendo assim ao leitor uma "outra voz" em contraponto muitas vezes com o discurso oficial da polícia em relação ao narcotráfico. Isto quer dizer que a imprensa queria mostrar para seus leitores qual era o discurso que sustentava as atividades do narcotráfico e a coerção que ele exercia sobre a comunidade. Destacamos também que estas observações são produtos de reflexão tendo como matéria-prima nossos 15 anos de profissão em três jornais do Rio, particularmente no O Globo, O Dia e Jornal do Brasil, e também na Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo.

### **Introdução**

A cidade do Rio de Janeiro historicamente sempre combinou relações tolerantes e conflituosas de proximidade entre bairros nobres e guetos, entre pobres e ricos, modernos e antigos, jovens e velhos, mundos urbano e rural, cariocas e "paraíbas", demonstrando, enfim, notável capacidade de exprimir tendências de comportamentos de grupos étnicos que se estruturam nos mais variados territórios da cidade.

Estudos variados sobre o Rio de Janeiro e sua população enfatizam, em certo sentido, a capacidade de a cidade ainda manter em seu espírito político-cultural a propalada caixa de ressonância nacional<sup>1</sup>. Ou seja, a habilidade da sociedade carioca em repercutir ações e comportamentos que extrapolam o local para se tornarem fatos de impactos nacionais.

Em outras palavras, a cidade tem ainda a capacidade de absorver e retrabalhar tendências nacionais e devolvê-las para o resto país com propriedades e sabores específicos, influenciando, assim, outros povos e cidades. Isto a torna original e politicamente atraente, desde que se tornou capital federal em 1793 até 1960, quando Brasília foi inaugurada.

Por outro lado, fatos negativos para imagem do Rio de Janeiro – que surgiram em função das contradições da própria evolução urbana da cidade – também alçam vôo, tornando-se, por conseguinte, bastante comentados nacionalmente, provocando diversas avaliações sobre a importância estrutural do Rio de Janeiro como modelo nacional de cidade aberta e cosmopolita, no qual o Brasil pode se mirar como exemplo de urbanidade, hospitalidade, vivacidade, solicitude e harmonia entre os diversos grupos humanos.

Alguns desses fatos negativos começaram a se consolidar dos anos 1980 para cá com a crise do aparelho policial carioca – e a incapacidade de a polícia e justiça

darem conta da violência e da criminalidade. Embora a capacidade de ser "espelho nacional" continuasse a existir, a influência sobre as demais cidades aumentou negativamente, ou seja, a caixa de ressonância nacional não era mais harmoniosa e elegante. O Rio exprimia principalmente as tensões, conflitos e receios, ou seja, as cidades brasileiras médias ficaram assustadas com as crises de segurança pública do Rio de Janeiro, e temeram que essa crise pudesse atingi-las.<sup>2</sup>

Um dos motivos dessa reavaliação crítica do Rio de Janeiro no cenário nacional foi o aumento da presença do narcotráfico a partir dos meados dos anos 1980. Paradoxalmente, essa atividade criminoso expressa um modo de se exprimir/viver de segmentos marginais cariocas, demonstrando, em certo sentido, uma nova violência com a qual o aparelho de Estado não contava, embora ela tivesse prosperado justamente em função da ausência do poder público em áreas tradicionalmente marginalizadas<sup>3</sup>. Essa nova violência, que se caracterizava pelo aumento do consumo de drogas, como maconha e cocaína, por segmentos médios e altos da população carioca<sup>4</sup>, propiciou que a imprensa em geral – jornais, rádios e televisões – priorizasse a cobertura das atividades do narcotráfico, uma vez que os traficantes ganhavam força e estavam se tornando um "poder paralelo"<sup>5</sup>, corrompendo policiais, autoridades públicas e empregando milhares de crianças e adolescentes entre seus quadros.

### **O surgimento do narcotráfico**

O início dos anos 1980 e até meados dos 1990 surpreenderam a reportagem policial carioca. Os repórteres de Geral ou Cidade (hoje chamada de Rio) estavam preparados para cobrir os desvios criminais tradicionais e mais comuns cometidos pela população. Eram casos de homicídios, roubos, furtos, assaltos, julgamentos de criminosos e, principalmente, de crimes passionais envolvendo algumas celebridades<sup>6</sup>.

Ao fazer a cobertura jornalística do comportamento criminoso de setores da sociedade, os repórteres também seguiam certas regras. Por exemplo: sabiam de antemão qual a cobertura que seu veículo valorizava mais, qual a "notícia" que teria a tendência de "estar nas páginas" no dia seguinte ou qual seu impacto na opinião dos leitores. Esta avaliação do potencial da notícia é praxe nas redações, e sua força como informação depende muito da classe social dos envolvidos no noticiário e do público alvo do veículo<sup>7</sup>.

Neste sentido, podemos dizer que a reportagem policial carioca foi, de certo modo, surpreendida com a ascensão do narcotráfico na cidade do Rio de Janeiro, quando o consumo de maconha e cocaína cresceu consideravelmente nos setores médios e altos da sociedade carioca.

O comércio de drogas existia antes do *boom* dos anos 1980 nas favelas e morros cariocas – estendendo-se por toda região metropolitana –, mas não tinha a força, a estrutura, a visibilidade e o poder de impactar a cidade como aconteceu nos anos seguintes.

Estrategicamente, os marginais dos morros do Rio perceberam que o comércio ilegal de drogas era um negócio especial. Diariamente o movimento aumentava e a contabilidade registrava lucros maiores. O negócio das drogas era muito mais rentável que os baixos salários que receberiam se se tornassem – como sempre foram – "quebradores de galho" no mercado de trabalho informal, ou seja, exercendo funções de serventes, babás, bombeiros hidráulicos e outras atividades do setor de serviços que pagam baixos salários.

Os repórteres se viram obrigados a lançar um "novo olhar" para a realidade dos morros cariocas. Acabara, dali por diante, certo romantismo na cobertura policial, em que agentes da lei e vilões eram de certo modo glamourizados pela imprensa<sup>9</sup>. Neste sentido, algumas indagações passaram a fazer parte da metodologia profissional do repórter. Por exemplo: o que justificava cobrir a morte de um traficante, a prisão de um viciado ou de um "vapor" numa boca de fumo da favela da Rocinha, em São Conrado, Zona Sul, por exemplo, se, na verdade, este crime vinha se tornando banal em outros pontos críticos da cidade? Era importante cobrir porque todos estavam perplexos com a nova realidade nos morros cariocas, onde surgia uma realidade muito mais dura e que estava dando passos largos para se tornar incontrolável. Aos poucos se percebeu que o crime impactante para a reportagem policial não era mais o praticado pelo menino batedor de carteira, que descia dos morros para as avenidas Atlântica, Delfim Moreira ou Vieira Souto a fim de assaltar o turista e assustar o morador de Copacabana, Leblon ou Ipanema.

Estávamos diante de um "novo bandido", que tinha a comunidade e armas poderosas nas mãos; que pretendia ser uma espécie de Robin Wood dos morros<sup>10</sup> mas, ao mesmo tempo, estava articulado com bandidos menos visíveis do asfalto, que seriam seus intermediários mais sofisticados e que providenciavam a importação da mercadoria via Cartel de Medellín, por exemplo. O negócio do narcotráfico, que contava com a corrupção de segmentos do aparelho policial, se transformara numa atividade empresarial criminosa, que tinha influência na vida da cidade e era gerida com princípios globalizados<sup>11</sup>. Uma das características mais marcantes destas "empresas comunitárias" era (e ainda é) a guerra interminável entre as quadrilhas disputando o controle dos pontos de venda e distribuição de drogas, que produzem pânico, tensão e medo em muitos bairros do Rio<sup>12</sup>. Além disso, os bandidos estavam (e estão) organizados com uma infra-estrutura que se estendia por dentro do sistema penitenciário<sup>13</sup>. Ao contrário do que existia antes, o novo bandido tinha um perfil mais complexo sob o ponto de vista sociológico. Era protegido pela coletividade, ou seja, estava dentro e tinha o apoio (sob coerção, é claro) da comunidade, se contrapondo, desse modo, às ações individuais dos bandidos antigos, em geral homicidas, assaltantes e batedores de carteira, que usavam a comunidade para se esconder das investigações da polícia. O novo bandido, além de utilizar a comunidade para se esconder, também a manipulava

para que esta criasse obstáculos para a ação policial, a fim de que seus negócios não fossem afetados<sup>14</sup>.

Por outro lado, esse novo fenômeno na vida policial do estado obrigou a cúpula da Segurança Pública a redimensionar seu perfil administrativo para enfrentar a nova criminalidade em condições de igualdade. Isso fez com que a Polícia Civil criasse a DRE (Divisão de Repressão a Entorpecentes), no início dos anos 1980, com unidades instaladas nos bairros estratégicos, próximas das regiões onde a criminalidade mais prosperava. Ao mesmo tempo, coube à Polícia Militar a criação de grupos de estudos e repressão permanente ao tráfico de drogas, seguindo esta mesma perspectiva repressiva-administrativa. Entre 1988 e 1989, diante do fracasso das polícias estaduais em dar conta do narcotráfico, o governo federal, através da Polícia Federal, organizou duas super-operações em todo o Estado do Rio para tentar desmobilizar temporariamente o narcotráfico, sendo apoiada pelas polícias civil e militar. Batizadas de "Mosaico I e II", elas resultaram na prisão de uma centena de pessoas, duas dezenas de mortos, a inspeção de mais ou menos 30 comunidades e a aparente desestabilização do negócio das drogas, que, no entanto, continuou prosperando, pois, como dizia o ex-governador Nilo Batista, a polícia não atacava as causas sociais que faziam parte da gênese e permitiam o desenvolvimento do comércio de drogas no Rio de Janeiro<sup>15</sup>.

Para tentar dar uma resposta mais eficiente às ações dos bandidos, a polícia começou a fazer as chamadas "operações" de repressão ao tráfico no próprio reduto dos chamados "donos do morro". E foi no rastro dessa nova modalidade de atuação policial que o jornalismo de Cidade engendrou também cobrir essas ações diretamente do campo de batalha. Ou seja, acompanhando passo a passo as ações nas zonas conflituosas dos morros e favelas para levar ao leitor as informações – e até as emoções – mais quentes da guerra entre traficantes e policiais.

Esse tipo de cobertura – até certo ponto inédita para a maioria dos repórteres – impôs uma série de questões éticas e profissionais à consideração dos jornalistas. Alguns deles entenderam ser o tráfico um crime menos grave, pois quem se prejudicava com o comércio de drogas era o próprio viciado e não os moradores da comunidade, vistos apenas como potenciais vítimas da criminalidade que se estabelecera no morro. Outros concordavam que os bandidos tinham apoio da comunidade porque ocupavam uma função do Estado, ou seja, ofereciam comida, remédios, segurança, lei e organização aos moradores de morros e favelas sob o domínio das facções criminosas. E um terceiro grupo advogava que o Estado deveria ser mais repressivo no combate àquela nova modalidade de crime. Pensavam que a comunidade era cúmplice consciente dos marginais, pois ninguém denunciava as atividades criminosas à polícia.

No âmbito da política, a visão a respeito do papel dos traficantes nas comunidades pobres mudava de acordo com a conjuntura política ou do partido que assumia

o governo estadual, das políticas públicas de segurança que eram implementadas e da forma como o comércio de drogas reagia a estas medidas. Por exemplo, ficou particularmente registrado o fato de nos governos estaduais do PDT (1983-1986) e (1991-1994) a política de respeito aos direitos humanos ter sido mais flexível em relação às operações policiais nos morros e favelas, enquanto que no governo do PMDB (1987-1990) a ordem era ser duro e inflexível com os traficantes. As duas políticas de segurança pública, no entanto, diante das dificuldades de reduzir a presença do tráfico na comunidade, adotaram, ao longo do tempo, uma combinação de medidas estratégicas (repressivas e preventivas) para reverter a situação. No entanto, não foram suficientes para reduzir o papel do narcotráfico, que, nos anos 1990, acabou se constituindo no problema número um de segurança pública no Rio de Janeiro<sup>16</sup>.

### **O campo de batalha**

Já passava das 11 horas da manhã numa favela da zona sul carioca. Era um dia de verão muito quente em 1987. Um grupo de repórteres estava abrigado dentro de um barraco, junto com sua proprietária e mais três filhos. Os repórteres tinham se jogado no chão, porque o tiroteio entre policiais e traficantes se tornara intenso e próximo ao grupo. Alguns repórteres ouviram pela primeira vez o estampido de armas pesadas naquele local vulnerável, onde uma bala perdida poderia atingir qualquer um. Não havia condições de apuração jornalística, o que restava fazer era esperar pelo fim do tiroteio. Outros repórteres – principalmente cinegrafistas e fotógrafos – acompanhavam a operação ao lado dos policiais, próximo de um barranco, onde traficantes e os agentes da lei trocavam tiros. Dentro da casa, onde o segundo grupo de jornalistas se abrigara, uma repórter começa a chorar, provocando mais instabilidade no grupo. Era uma situação difícil, pois todos estavam sendo testados numa situação de extremo perigo. "Fulana, pára com isso", gritou um repórter mais experiente, percebendo que a tensão desorganizara mais ainda o comportamento da jovem profissional. A troca de tiros ainda continuava intensa. A repórter não parou de chorar e quis se levantar do chão, mas foi segura pelos outros colegas. A tensão aumentara. Passados mais um quarto de hora – sem que ninguém comentasse nada –, de repente, o tiroteio estancou. Não havia sinal de que a guerra tinha chegado ao fim, mas havia a expectativa de que algo novo acontecera lá fora. Um cheiro de pólvora inundava o ar. A repórter já não chorava mais. Foram ouvidas vozes de policiais, alguns deles aos gritos. Eram, talvez, gritos de vitória. Parecia que tinham conseguido vencer os bandidos, que fugiram para dentro da mata.

A repórter que se descontrolou emocionalmente estava numa situação profissional pouco comum. Ou seja, nunca cobrira uma ação policial com aquelas características. As chefias de reportagem, em geral, tendem a enviar para este tipo

de cobertura profissionais mais experientes e acostumados com as tensões da reportagem policial. No entanto, a presença de uma "foca"<sup>17</sup> para a cobertura de operação policial se tornou um verdadeiro "batismo profissional" dentro de um setor especial da editoria de Cidade<sup>18</sup>. O fato se constituía também num aprendizado sócio-antropológico das relações entre o aparelho policial, a comunidade, os bandidos e a descoberta (pela repórter) de códigos próprios para cobrir este setor cheio de riscos. Com outras palavras: ela participara de um rito de passagem muito restrito a um grupo de repórteres, isto é, a operação policial no morro, que visa temporariamente atacar os potenciais bandidos, mas, acaba, em muitas ocasiões, atingindo a população civil com as invasões de barracos, prisões arbitrárias e balas perdidas. Aliás, aqui é preciso acentuar que a operação policial, em qualquer favela ou morro, sempre é marcada por uma tensão que envolve a comunidade, a cobertura jornalística, os policiais e os bandidos. Entre os repórteres e a polícia estão em jogo duas variantes. A primeira delas (para os repórteres) é obter as melhores informações durante a operação. A outra (visão policial) é desmobilizar os bandidos, apreender armas e drogas e ocupar simbolicamente o local onde os bandidos estavam instalados, com a cobertura da imprensa. Antes disso, os dois grupos (policiais e repórteres) sabem que, ao entrarem numa comunidade, vão de certo modo ao encontro do "desconhecido". Durante a cobertura jornalística da ação policial podem surgir comportamentos inusitados por parte de jornalistas, policiais e moradores devido ao clima de tensão provocado pelo conflito<sup>19</sup>. Enfim, a tensão é permanente, mesmo depois de cessado o cerco aos bandidos, quando os policiais baixam temporariamente as armas pesadas para conversarem com repórteres, socorrerem algum colega ferido e avaliarem o resultado da operação como prisão ou apreensão de drogas.

### **Os critérios de cobertura**

Qual o critério para que um chefe de reportagem determine que uma equipe cubra uma operação policial contra o narcotráfico numa dada comunidade? *A priori*, pode-se dizer que qualquer incursão policial numa favela ou morro pode ser motivo de cobertura da imprensa, pois desse tipo de ação quase sempre resultam fatos de interesse jornalístico, ou seja, a troca de tiros, a morte de um policial ou traficante, a prisão arbitrária de moradores, a bala perdida atingindo inocentes, o "ambiente" pesado da própria incursão policial, enfim, uma série de indícios de crise no relacionamento entre os agentes da lei e a comunidade. Estes fatos vão, de alguma maneira, mexer com o comportamento de milhares de pessoas envolvidas indiretamente no conflito. A morte de um policial deixa seus companheiros mais exaltados e tendem a mexer em seus bríos de forma pouco usual. A morte de uma criança por uma bala perdida pode revoltar a comunidade, com o fechamento de avenidas próximas, incêndio de ônibus, aumentando, assim, o potencial do conflito entre policiais e traficantes.

De acordo com critérios jornalísticos, a presença de uma equipe num local onde está sendo feita a intervenção policial depende de algumas variáveis. A primeira delas refere-se aos leitores daquele veículo de comunicação. Os jornais cujos leitores são de classe A/B, em geral, tendem a ir ao local de cobertura quando se trata de fato previamente confirmado com as seguintes potencialidades de “notícia”: grande número de policiais envolvidos na operação, a possibilidade de serem obtidas imagens chocantes, potencial de conflito com traficantes, a possibilidade do conflito se estender aos bairros de classe média vizinhos às comunidades, morte de inocentes por balas perdidas, denúncia de torturas e mortes de moradores. Alguns destes critérios também balizam a cobertura dos jornais cujos leitores são das classes C/D/E – os chamados jornais populares. Estes, no entanto, como baseiam sua cobertura praticamente no que acontece na cidade – e como seus leitores são bastante influenciados pela ação da criminalidade – tendem a cobrir mais os fatos policiais que os jornais de classe média. No entanto, existem situações de impacto (uma grande investida policial com mais de 90 homens numa favela, por exemplo) em que todos os veículos competem pelas notícias em condições de igualdade, tanto no que diz respeito às equipes de profissionais, quanto ao espaço destinado à cobertura nas manchetes, chamadas e no tamanho das matérias.

No entanto, a presença de uma equipe (motorista, fotógrafo e repórter) no teatro de operações pode ocorrer em função de uma informação passada por algum integrante do próprio aparelho policial. Em alguns casos os repórteres ficam esperando o deslocamento das viaturas policiais na porta das unidades policiais (delegacias ou batalhões) para acompanhá-las até o local onde haverá a incursão. Ou, como acontece na maioria dos casos, as equipes saem da redação diretamente para encontrar as viaturas policiais na entrada das comunidades. Muitas vezes, no entanto, determinadas operações são feitas sem conhecimento prévio dos repórteres e editores. Estas incursões acabam sendo captadas na redação através de um repórter que trabalha rastreado com um rádio as diversas faixas radiofônicas de comunicação interna dos organismos policiais. Neste caso, ao descobrir o andamento de uma ação policial, o repórter-rastreador avisa ao chefe de reportagem, que, por sua vez, avalia se designa ou não uma equipe para fazer a cobertura.

As informações sobre uma operação policial também podem chegar aos chefes de reportagem pelas fontes policiais dos repórteres. Estes recebem “dicas” que uma “incursão” está sendo feita numa determinada comunidade com grande aparato e repassam a informação ao chefe de reportagem, que também deve avaliar se desloca ou não uma equipe para cobrir o fato. Em muitos casos, o setor de rádio-escuta da editoria de Cidade é instado a checar a informação antes da saída da equipe. Muitas vezes, a informação recebida não corresponde ao grau de impacto revelado pela fonte policial<sup>21</sup>. O jornal, neste caso, teme enviar uma equipe para uma matéria “furada”, quando poderia tê-la cobrindo uma matéria mais produtiva e segura para garantir a edição do dia seguinte.



Em geral, neste tipo de cobertura são selecionados os repórteres mais experientes e sagazes, e não jornalistas novatos, pois a experiência para obter a informação conta muito neste tipo de cobertura. O repórter deve ter capacidade para acompanhar a operação policial passo a passo, apurar detalhadamente a notícia e se movimentar com segurança e desembaraço no teatro de operações. Quando o chefe de reportagem não encontra um repórter com o perfil desejado para este tipo de cobertura, tende a escalar aquele (novato ou não) que estiver disponível na redação. Ou ainda, numa medida administrativa extrema: deslocar uma equipe que está "apurando outra matéria" – próxima de onde se desenrola a operação – para uma nova cobertura. O que pode acontecer aqui é que a equipe que vai socorrer o jornal pode não ter a menor familiaridade com o assunto que vai apurar, e quando chega ao teatro de operações fica tensa, tímida e inadaptada, ocorrendo, na maioria dos casos, narrativas jornalísticas menos densas sobre o fato.

### ***A cobertura no morro***

Com a consolidação do narcotráfico na cidade do Rio de Janeiro, os repórteres desenvolveram estratégias de sobrevivência durante as coberturas das operações policiais. Em geral, não é muito recomendado que se suba o morro após a polícia já ter entrado. Aliás, não é recomendável às equipes chegarem atrasadas nas operações policiais. Ao indagar aos moradores onde estão seus colegas e policiais, a fim de que possam acompanhar as investidas contra os traficantes, em geral, os repórteres não conseguem obter respostas dos interlocutores. Chegar atrasada e tentar procurar na favela ou morro o local exato onde estão seus colegas e os policiais, a equipe pode ficar à mercê da "lei do silêncio" da comunidade, que costuma não fornecer pista sobre o que está acontecendo em suas entranhas<sup>22</sup>. No entanto, existem casos em que as equipes não dão atenção a este comportamento comunitário e procuram localizar em que parte do morro (centenas de vielas e subidas íngremes) está se desenvolvendo com mais intensidade a incursão policial. A recomendação para que os repórteres não procurem localizar os colegas e policiais serve para protegê-los, levando em conta que perdidos e sozinhos podem ser até atacados pelos bandidos ou moradores mais exaltados, ou mesmo ficarem expostos numa zona de tiro, colocando em risco duas tarefas fundamentais: sair vivo do conflito e ter as informações exatas da operação para relatá-las em forma de matéria quando chegar à redação. Apesar disso, a equipe que chega atrasada ao teatro de operações quer também ter as mesmas condições de cobertura dos colegas que chegaram na hora certa.

Este fato pesa particularmente para os profissionais de fotojornalismo, para quem a chance de se obter boas imagens é essencial para que seus trabalhos sejam editados nas casas onde trabalham. Ou seja, eles precisam estar na zona de guerra para tentar equilibrar a cobertura fotográfica com a de seus colegas que acompanha-

ram passo a passo a entrada ritualística da polícia na comunidade no desencadear da operação. Para os repórteres atrasados há soluções, ou seja, após o conflito eles podem recuperar o que se passou na zona de guerra com seus colegas que lá estiveram. Terão menos elementos de ambientação e do clima no relato dos acontecimentos, pois não estiveram presentes durante o processo de ocupação policial; depois de tanta tensão, com as informações nas mãos e protegido sob a aparente tranquilidade da redação, pode produzir o seu texto e oferecer a informação industrializada do conflito ao leitor de seu jornal.

Acompanhar a operação policial ainda pode causar outros problemas para o trabalho dos repórteres. Durante o seu desenrolar, com os policiais usando também armas de guerra, a operação causa impactos e transtornos na comunidade de toda ordem, como, por exemplo, gente se escondendo onde é possível, casas são fechadas, traficantes escondendo armas e se tornando um morador comum. Neste momento, de certa anomia dos espaços públicos e privados da favela, os moradores tendem a mudar o foco de relações ambíguas com a mídia. Passam a entender que a dobradinha repórteres/policiais constitui um grupo unido em procedimentos de intenções ocultas. Os repórteres, segundo a versão de parte dos moradores, estariam ali para prejudicá-los e identificá-los como bandidos ou colaboradores da criminalidade. Estar ao lado dos policiais durante a operação faz com que os repórteres passem a exercer um papel duplo, ou seja, de amigo do policial e de manipulador de informações contra a própria comunidade, já que, segundo os moradores, os relatos da mídia muitas vezes dão uma versão contrária do que realmente ocorreu durante o conflito entre traficantes e policiais<sup>22</sup>. Em outras ocasiões, quando a ação policial não é acompanhada pela mídia, são os próprios moradores que telefonam às redações pedindo a presença de repórteres, pois os policiais estariam cometendo arbitrariedades. Neste momento, muda o foco de avaliação do trabalho/desempenho do jornalista. Os repórteres passam ser a tábua de salvação porque vão levar as denúncias e queixas da comunidade para as autoridades públicas através de reportagens críticas sobre o desempenho policial durante a operação. Neste sentido, é bastante comum, então, o papel do repórter se transformar nas relações com os moradores. Para alguns líderes comunitários, no entanto, a presença da imprensa nestes momentos críticos é sempre muito bem-vinda, pois é ainda o único recurso que a comunidade dispõe para que sua voz seja levada à opinião pública.

Outra variável deste problema é que quando imprensa e polícia estão aparentemente formando um mesmo grupo, o foco central da cobertura do repórter não é exatamente sobre as necessidades básicas do morador (saneamento, praça de lazer, coleta de lixo, creche), mas sobre a ação policial em si e o que ela pode resultar como notícia. Dependendo do desenvolvimento da operação, os problemas urbanos e sociais da favela podem servir também de material de apoio a ser aproveitado pelo

repórter durante a confecção da matéria. Talvez isto ocorra porque, durante a operação policial, o repórter também fica fragilizado em sua segurança pessoal e escuda-se nos agentes da lei para se defender, por exemplo, de um ataque dos bandidos.

Assim, podemos perceber que a cobertura de operações policiais implica muitas vezes uma constante mudança de posicionamento de comportamento do repórter em função da dialética de relações que se tornam muito complexas em função dos diversos interesses que estão em jogo. Poderíamos dizer que o repórter, aqui, é obrigado pelas circunstâncias da cobertura e da notícia a ser camaleônico para ter acesso ao que ele mais quer e precisa, ou seja, as melhores informações.

Enquanto a cobertura das investidas policiais se tornava comum no dia-a-dia da redação, os jornalistas vislumbraram também a oportunidade de ouvir o outro lado, isto é, de ter a versão do traficante para esta guerra sem fim. Organizados militarmente, com dezenas de seguranças espalhados pelos pontos estratégicos da comunidade e refratários a contatos com a imprensa, os traficantes começaram a pensar na possibilidade de dar sua versão criminosa à opinião pública.

As investidas dos repórteres muitas vezes eram arriscadas. Cientes que quase todos os moradores mantêm contatos formais ou informais com os criminosos, os repórteres muitas vezes pediam aos menores, na subida do morro, que levassem aos traficantes seu pleito em entrevistá-los, ou seja, queriam que ele contasse sua versão da guerra. Dependendo do interesse dos traficantes, o repórter passou a ter sucesso nesta empreitada. Algumas pequenas entrevistas com traficantes, de rosto encoberto nas fotos, passaram a aparecer nos jornais. Muitas vezes estas entrevistas eram rápidas e fugazes, mas mesmo assim se constituía numa excelente novidade na técnica de apuração, e, como notícia, algo inteiramente novo, insinuante e alvissareiro. O fato de o repórter ter passado pela barreira de armas dos soldados da quadrilha para registrar a voz do dono do morro nas páginas do veículo em que trabalha se tornou um produto de belo sabor jornalístico e muito atraente para o leitor. A partir daí, vários outros mecanismos e estratégias foram empregados pelos repórteres para se chegar ao traficante. Em pouco tempo, as entrevistas com os chefões do morro passaram a causar polêmica, pois parte dos leitores passaram a se queixar de estar lendo entrevistas de bandidos, fato inadmissível para um jornal "sério". No entanto, as entrevistas foram se aprofundando. Em meados dos anos 1980, um repórter do Jornal do Brasil conseguiu se infiltrar por uma semana na favela da Rocinha para acompanhar as atividades da comunidade e do narcotráfico. O resultado foi a edição de um caderno de oito páginas, com as mais variadas entrevistas com os traficantes e moradores. A reportagem acabou ganhando o Prêmio Esso de Jornalismo, em 1986.

Nas entrevistas dos anos 1980, em geral, além de informarem que empregavam o dinheiro da droga em atividades sociais da comunidade, os traficantes faziam questão de posar como benfeitores e padrinhos dos locais onde seus negócios estavam instalados. Mais adiante, muitas vezes através de seus advogados, os chefões

passaram a chamar a imprensa para dar "coletivas" no morro, nas quais denunciavam que os policiais os extorquiam e pediam quantias elevadas para não perturbarem o funcionamento do comércio de drogas.

Em meados dos anos 1990 se tornou mais arriscado estar apurando informações com os traficantes devido à nova conjuntura nacional e a nova personalidade (agressiva e arrogante) desta nova geração de traficantes. Estar entrevistando um criminoso numa determinada comunidade e, de repente, esta ser tomada pelo grupo rival passou a ser uma possibilidade real de risco para os repórteres. Podia também acontecer de a comunidade ser invadida abruptamente por dezenas de policiais numa operação clandestina de extorsão.

É possível dizer, com certa reserva, que nos anos 1990 o confronto entre traficantes de facções diferentes do crime organizado no Rio de Janeiro se tornou mais potencial devido à alta competitividade das quadrilhas no ramo de drogas. Os novos traficantes são mais jovens, ousados, faturam mais, menosprezam a imprensa, têm ambições de consumo de novos ricos e alimentam necessidades de serem poderosos internacionalmente. Coincidentemente, a imprensa deixou de se interessar pelo discurso "social" do traficante. Como resultado, se tornaram raras matérias com criminosos, a não ser em certas condições especiais, em que fundamentalmente o traficante não pode ser evitado, como é o caso hoje de Luiz Fernando Costa, o Fernandinho Beira-Mar. Na verdade, podemos dizer que parte significativa da nova geração de repórteres não vê muito interesse jornalístico nesse tipo de matéria. Além disso, a sociedade carioca ficou muito conscientizada da força do narcotráfico, que se tornou a causa número um do aumento nos índices de mortes violentas no Estado de meados dos anos 1990 para cá, de acordo com as estatísticas oficiais.

## **Conclusão**

Este estudo revelou alguns dados significativos sobre as relações ambíguas entre repórteres, policiais e moradores de morros e favelas, e indica que o desenvolvimento e a consolidação do narcotráfico no Rio de Janeiro evidenciaram os seguintes pressupostos:

- Nascimento no Rio de Janeiro de uma espécie de reportagem investigativa atuando em estilo de correspondente de guerra nas favelas e morros, alvos de operações policiais durante os anos 1980 e meados dos anos 1990.
- A transformação das comunidades carentes em zonas de guerra entre policiais e traficantes devido à consolidação do comércio de drogas em função do crescimento do consumo de entorpecentes por setores médios e altos da sociedade carioca.
- A ambigüidade da atuação do repórter na comunidade durante o conflito em função de suas relações ora estreitas, ora diferenciadas com os policiais.

- A melhoria da técnica de apuração jornalística que passa a utilizar uma série de elementos, como a observação participante, uma maneira específica de relatar os fatos e a infiltração em áreas de guerra aberta, pontuadas pela busca da "voz" do bandido para completar mais ainda o material jornalístico.
- O surgimento de uma técnica policial de combate direto a uma criminalidade específica onde, fundamentalmente, as duas polícias aprendem a lidar com o "inimigo natural" dos policiais, isto é, a topografia áspera do teatro de operações expressa em ruelas, vielas, ladeiras, barrancos, matas, entre outros.
- As mudanças de comportamento psicossocial que ocorrem entre policiais, moradores e repórteres enquanto dura a caçada aos traficantes. Os bandidos adotam um estilo de atuar militarizado e hierarquizado para enfrentar os ataques-surpresa da polícia.

Carlos Nobre  
Professor da PUC-Rio  
Nobrec@hotmail.com

## Notas

1. LESSA, Carlos. *O Rio de todos os brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
2. SILVA, Hélio e MILITO, Cláudia. *Vôzes do meio-fio*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Ao analisar a crise de segurança e a imagem antiga do Rio de Janeiro para o resto do país, os autores fazem algumas observações, como: "(...) o colapso do Rio de Janeiro hoje e toda discussão sobre a cidade e seu futuro deixaram de ser tema municipal para se tornar obsessão nacional. O Rio importa enquanto cidade fundamental para todo o Brasil e ainda porque esses problemas são vistos como dissemináveis em outros contextos urbanos. O Rio parece dramatizar exemplarmente para todo o Brasil uma possibilidade nacional" (pág.70)
3. SOARES, Francisco Vergínio. *A política de segurança pública dos governos Brizola e Moreira Franco à margem da nova violência*. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2002. Para a autora, o tráfico se tornou a nova violência do estado a partir dos anos 1980 e sua ascensão e consolidação não foi percebida pelos governos Leonel Brizola (1983-1986) e Moreira Franco (1987-1990), que, segundo a autora, teve altos escalões da cúpula policial envolvida com criminosos.
4. SILVA, Jorge da. *Violência e racismo no Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da UFF, 1998. Segundo Silva, Alba Zaluar, em "Violência, crime organizado e poder: a tragédia brasileira e seus desafios (in: VELOSO, João Paulo dos Reis (coord) "Governabilidade, Sistema Político e Violência Urbana. José Olimpio, 1994) demonstra que o incremento da violência nas metrópoles brasileiras, dos anos 1980 em diante, coincide com o aumento de consumo de drogas, particularmente da cocaína.
5. Expressão polêmica, o "poder paralelo" significa para a mídia que os traficantes criaram nos morros e favelas do Rio de Janeiro uma estrutura de poder que não é

alcançada pelos braços do Estado. Essa estrutura se dissemina pelo "asfalto" e anula muitas ações repressivas da polícia. Ela se expressa visualmente quando os traficantes mandam comerciantes de bairros vizinhos às comunidades fecharem as portas em respeito, por exemplo, ao falecimento de alguém importante da quadrilha.

6. O traficante super-armado e poderoso se tornou uma novidade na reportagem policial, acostumada com criminosos mais comuns, como assassinos, ladrões, batedores de carteira, contraventores, por exemplo. Esse novo personagem era difícil de ser preso "dando boabeira", porque tinha uma visão profissionalizada do crime e montava redes de apoio com integrantes da classe média.

7. Tradicionalmente, por exemplo, os leitores do Jornal do Brasil se situam nos estratos mais altos, nas classes A/B. Tornou-se um jornal de bastante influência em diversos setores, particularmente no Congresso Nacional, onde era assinado por todos os parlamentares. Nos últimos cinco anos o jornal entrou em crise jornalística-financeira. Os leitores do O Globo são de classes A/B/C, tendo menor poder de repercussão que o JB. No entanto, hoje, muito prestigiado. E o O Dia, cujo leitor é de classe média e principalmente das camadas populares, se destaca na cobertura de fatos policiais e de serviços.

8. Antes mesmo de o narcotráfico se consolidar nos anos 1980, o fenômeno das drogas sempre existiu no Rio de Janeiro, desde o início do século XX para cá. Em geral, eram drogas importadas por brasileiros que vinham da Europa ou trazidas também por viajantes estrangeiros que aqui chegavam. Nos anos 1970 em diante, o fenômeno de consumo de drogas inicia seu processo de crescimento em grande escala e se tornou endêmico a partir dos anos 1980, de acordo com alguns estudos.

9. Este foi o caso dos chamados "Sete Homens de Ouro" da Polícia do Rio de Janeiro, no início dos anos 1970. Selecionados pela secretaria de Segurança Pública como policiais modelos, eles ficaram responsáveis para dar conta da criminalidade na cidade. Tornaram-se personagens bajulados, premiados e temidos, e quase todos acabaram se envolvendo com o crime e a corrupção.

10. Nos anos 1980, para contar com o apoio dos moradores, os traficantes investiam socialmente na comunidade. Por analogia, a imprensa denominou-os de "Robin Wood", numa referência ao bandido inglês da época medieval que roubava dos ricos para dar aos pobres. Alguns destes bandidos, por exemplo, em entrevistas exclusivas aos repórteres, faziam citações de mitos da esquerda, como Che Guevara.

11. SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O narcotráfico no Rio de Janeiro, sua territorialidade e a dialética entre "ordem" e "desordem"*. Cadernos de Geociências 13. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. Souza diz que o tráfico no Rio de Janeiro é complexo e mescla os circuitos primários e sofisticados da economia, numa citação de teses de Milton Santos. Escreve Souza: "(...) o tráfico de entorpecentes mescla elementos de ambos os circuitos de um modo surpreendente, sem pertencer exclusivamente a qualquer um deles. Tecnológica e organizacionalmente, tanto podem ser encontrados elementos extremamente modernos (armamento pesado, telefones celulares, sofisticação crescente ao nível administrativo-gerencial) quanto técnicas e formas de organização

*primitivas* (as muitas atividades de apoio prestadas por adolescentes e crianças, como os soltadores de pipas que sinalizam a chegada da polícia), conforme a situação".

12. Quando as guerras entre as quadrilhas pelo controle do território das drogas explodem, algumas regiões da cidade sofrem com as balas perdidas. Este é o caso dos tiros vindos do Pavão-Pavãozinho, que atingem Ipanema. O mesmo sofrem os moradores vizinhos ao morro do Borel, na Tijuca, e também com os de Santa Teresa, com casas vizinhas às favelas como o Morro da Coroa.

13. É o caso de Luiz Fernando Costa, o Fernandinho Beira-Mar, que comanda seus negócios na prisão através de telefonemas celulares.

14. Em algumas favelas, em áreas planas, principalmente na Zona Norte, os traficantes instalam quebra-molas nas ruas, de cinco em cinco metros, por exemplo, para dificultar o ingresso das viaturas da polícia na comunidade, e assim ganhar tempo para se esconderem da investida da lei.

15. Em 1994, durante a Operação Rio I, comandada pelas Forças Armadas para reduzir a criminalidade no Rio de Janeiro, o então governador Nilo Batista frisou que os militares do Exército estavam "enxugando gelo", numa referência aos problemas sociais anexados ao problema das drogas na cidade.

16. SOARES, Francisca Vergínio. Obra citada.

17. Repórter iniciante na carreira que desconhece as malícias da profissão, mas têm um espírito voluntarioso para descobrir notícias.

18. Os repórteres que cobrem fatos criminais constituem um setor à parte na redação, pois, assim como os policiais, dispõem de um estoque variado de técnicas e truques capaz de torná-lo um profissional diferente e excitante, e, portanto, capaz de até superar a polícia na busca de informações. A classificação antiga de "repórter de polícia" é muito estereotipada, limitadora e incapaz de dar conta do mundo complexo que circula nas relações desse profissional com a cidade e suas instituições.

19. Podem ocorrer, aqui, vários comportamentos. O repórter fica inquieto e se torna vulnerável durante a apuração. Passa ainda a temer ser atingido por alguma bala e acompanha a operação à distância, e, com isso, não vê como ela realmente se desenrola. Pelo lado do policial, acontece quase sempre a mesma coisa. Às vezes, ao menor ruído, ele fica nervoso e atira a esmo. Outras vezes, se torna ultra-agressivo e encara todos os moradores como inimigos. Existem casos de moradores que denunciam que os policiais furtam objetos pessoais dos barracos.

20. São comuns informações falsas – ou que não se confirmam – passadas pelos policiais, que querem ter a atenção da imprensa para suas atividades. Quando tem experiência no trato com a fonte policial, o repórter, de antemão, sabe descartar o falso do verdadeiro.

21. Essa lei só é invalidada quando o morador denuncia o criminoso de forma anônima. No governo Anthony Garotinho (1999-2002), o Disque-Denúncia se tornou uma espécie de rompedor da Lei do Silêncio, pois, através dele, bandidos famosos e seqüestradores foram presos pela polícia após serem denunciados por telefonemas de moradores.

22. Muitas vezes os interesses da comunidade e da imprensa são conflitantes. Daí, então, o clima hostil que, em muitos casos, se estabelece entre o repórter e os líderes comunitários.

### **Resumo**

De meados dos anos 1980 para cá, houve uma mudança substancial na maneira como os repórteres de jornais impressos cobriram a ação policial nos morros e favelas do Rio de Janeiro para desarticular uma nova modalidade de crime: o tráfico de drogas ou narcotráfico. O objetivo deste artigo é refletir sobre o trabalho dos repórteres e policiais nos morros e favelas da cidade, mostrando como os dois segmentos profissionais tiveram que mudar ou readaptar suas ferramentas de trabalho em função do crescimento do narcotráfico e de sua inserção na vida metropolitana. O artigo se detém particularmente na análise do trabalho de policiais e repórteres nos anos 1980.

### **Palavras-chave**

Violência urbana; Criminalidade; Tráfico de drogas; Segurança pública; Polícia; Reportagem; Jornalismo; Favelas; Rio de Janeiro; Brasil.

### **Resumé**

Dès les années 1980 il est possible de vérifier une forte évolution dans les manières par lesquelles les reporters des journaux de Rio de Janeiro conduisent ses reportages sur les actions de la police qui ont pour but la désarticulation du trafic de drogues dans les favelas de la ville.

Cet article est une réflexion sur ces transformations. Il représente un essai de montrer comment l'appareil policier a été obligé d'adapter ses méthodes, ses actions de répression et son organisation administrative à fin de combattre cette nouvelle modalité de criminalité qui s'est beaucoup plus professionnalisé et qui dispose de ressources qui lui permettent de neutraliser les initiatives adoptées par l'Etat.

### **Mots-clés**

Violence urbaine; Criminalité; Trafic de drogues; Insécurité; Police; Reportage; Journalisme; Favelas; Rio de Janeiro; Brésil.